



**Dom de Iluditos: uma reflexão crítica em torno
da noção de narrativa na teoria psicanalítica**

**Don d'illudire : une réflexion critique autour
de la notion de récit dans la théorie psychanalytique**

**Gifting fantasies: a critical reflection about
the notion of narrative in psychoanalytic theory**

Marie-Lou Lery-Lachaume¹
marieloulerylachaume@yahoo.fr

Resumo: O presente trabalho pretende examinar alguns alicerces epistemológicos e filosóficos da noção de narrativa na teoria psicanalítica, e discutir seu valor à luz da psicanálise de orientação lacaniana. Para isso, examino suas funções em termos de dispositivo analítico e a partir de trabalhos de alguns autores para quem ela constitui uma noção chave. Mostro por que esses posicionamentos me parecem dificilmente conciliáveis com as exigências éticas da psicanálise, e como a própria noção de narrativa pode chegar a fazer obstáculo a elaborações realmente marcadas pelo selo do inconsciente. Sustento, em suma, uma clínica do ato analítico que pressupõe, para operar, o fracasso da narrativa entendida não somente como modo de defesa (segurar o fio); como busca fantasmática de uma subjetividade significável (identidade narrativa); mas também como resíduo, sintomatizando na teoria um fazer clínico incerto da sua causa.

Palavras-chave: narrativa; Paul Ricœur; Jacques Lacan; ato psicanalítico; clínica psicanalítica.

Résumé: Le présent travail vise à examiner les assises épistémologiques et philosophiques de la notion de récit dans la théorie psychanalytique, et débattre de sa valeur à l'aune de la psychanalyse d'orientation lacanienne. Pour ce faire, j'en examine les fonctions au regard du dispositif analytique et à partir de travaux de certains auteurs pour qui elle constitue une notion clé. Je montre en quoi ces positionnements me paraissent difficilement conciliables avec les exigences éthiques de la psychanalyse, et comment la notion-même de récit peut amener à faire obstacle à des élaborations réellement marquées du sceau de l'inconscient. Je soutiens, en

1 Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp), Brasil.

somme, une clinique de l'acte analytique qui présuppose, pour opérer, l'échec du récit entendu non seulement comme mode de défense (garder le fil); comme quête fantasmatique d'une subjectivité signifiante (identité narrative); mais aussi comme résidu symptomatisant, dans la théorie, un faire clinique incertain de sa cause.

Mots clés: récit; Paul Ricœur; Jacques Lacan; acte psicanalítico; clinique psicanalítica.

Introdução

Neste trabalho, abordo a noção multifacetada de “narrativa” à luz da psicanálise, para submetê-la ao exame crítico que requerem a recepção febril – entre exaltação e inquietação – e a apreensão não tão fácil dos contornos da sua inserção no âmbito da teoria psicanalítica. Num primeiro esforço de esclarecimento preliminar e basilar ao mesmo tempo, viso examinar os sentidos e funções dessa noção tal como circula, nos dias de hoje, em parte da literatura psicanalítica. Para isso, a constatação ingênua de sua relevância descritiva não basta; não mais do que a crença – fosse ela heurística – no seu suposto papel explicativo dos mecanismos em jogo no dispositivo psicanalítico. Mais escrupulosamente, é preciso tratá-la enquanto produção teórica na história das ideias, ou seja, restitui-la na trajetória de seus traslados passados. Pois uma noção nunca viaja nua, mas carrega com ela camadas, resquícios e remanências dos diversos quadros epistemológicos que tem atravessado. Nesse sentido, não existe neutralidade em matéria de empréstimo ou retomada teórica, e entendemos que as perguntas “de onde vem?” e “por onde passou?”, colocadas à noção de narrativa, são um requisito imprescindível para determinar até onde queremos ir com ela; até onde serve, se realmente serve, para os psicanalistas. Conduzir essa investigação, que podemos chamar de genealógica até certo ponto, leva, no caso da narrativa, a reavivar o fogo de uma discussão que tem chamado minha atenção de longa data. Retomarei, portanto, alguns elementos que configuram uma das “querelas do inconsciente” mais paradigmáticas do campo (de batalha) pós-freudiano e cuja recordação me parece proveitosa para melhor nos orientar e avançar em nossa discussão. Proponho, por fim, uma avaliação da relevância da noção de narrativa dentro de um movimento de conceituação à altura da descoberta freudiana, isto é, que se situa como resposta à atualidade do inconsciente na teoria.

1. Narrativa e psicanálise: os dizeres incertos

—Ai, como seria bom encontrar uma bela narrativa para meu sofrimento... Expressar nitidamente, distintamente, exaustivamente o que me dói... Largar todo o mal-estar de vez... Acabar, pela graça das palavras certas, com aquilo que não bate certo... Minha neurose por fim narrada!

A “entrada” em análise caracteriza-se, muitas vezes, por um tipo de recurso à narrativa – no sentido comum de um dizer sobre si – cuja função defensiva não engana o analista. Alguém chegou, mas o sujeito, ainda, não entrou em análise. Esses

primeiros balbucios para dizer sobre si, que se amparam mais fundamentalmente em um querer-dizer de si são, no entanto, uma forma de tecelagem inicial importante. São a possibilidade de que um fio se perca; primeiro ponto de viragem em que começa isso que Lacan (1967) chama de “modo próprio de aprendizado” ou de “apreensão sabendo” (*appréhension sachante*) “que é aquele da psicanálise”. Assim, antes de mais nada, vale lembrar que o dispositivo analítico, enquanto baseado na associação livre, obedece a uma lógica bem específica: simultaneamente antinômica à construção narrativa e se ancorando nesta. Com efeito, se definimos provisoriamente a narrativa como modalidade do “bláblá”, tal como Lacan o concebe a partir dos anos 1970 (nos seminários XX e XXIV, por exemplo), a construção narrativa caracteriza não somente a falação que funciona para “encher linguíça”², mas também aquilo que equivoca. Ela dá suporte, sob condição da intervenção do analista que torna o equívoco vivo, escutado, à lógica do significante que põe o “bláblá” ao mesmo tempo em xeque e em evidência, e introduz o sujeito “no campo do lapso, do tropeço, do ato falho” (Lacan, 1967) enquanto interpretáveis. Nesse sentido, parafraseando Lacan, poderíamos dizer que, para a psicanálise, não existe nada tão sucedido quanto ‘o falhar’ (*le ratage*) no que diz respeito à narrativa. E afirmar que o fim do que chamaria de “entração” em análise, ou seja, a verdadeira entrada pressupõe um fracasso inicial da narrativa que cabe ao analista fazer suceder e aparecer, por suas intervenções na fala do analisante, como falha estrutural³ ao princípio do “bláblá”. Este acontecimento, que pode ser caracterizado como introdução de uma barra na narrativa, corresponde a um primeiro momento de espanto e solidão para o sujeito falante, uma vez que o que está sendo barrado, então, é a fala enquanto vinculadora, ponte, laço social, “na qual o que prevalece, tem peso, não é o conteúdo semântico” (Miller, 2012, p. 14), mas a capacidade de garantir a função fática da linguagem tal como definida por Jakobson – assegurar-se de “manter o contato” simbólico com o Outro.

Essas considerações preliminares não dão conta, porém, da riqueza das produções teóricas a respeito da narrativa, as quais não se atêm ao sentido comum da noção. Ao ler alguns autores como Antonio Ferro sobre a “co-narração transformante” ou Serge Viderman em torno da “construção do espaço analítico” (para apenas citar estes), deparamo-nos com um conceito de narrativa que remete à outra forma de tecelagem, e parece inserir-se de maneira coerente no âmbito da teoria psicanalítica. O esforço de narrativização da experiência, na perspectiva de uma narrativa

2 Lacan usa o verbo *meubler* em francês, literalmente “mobilier”, mas que conota esse mesmo esforço do encher linguíça em português: falar por falar, encher um vazio, tapar um buraco. Seria muito interessante estudar como, no seminário 24 *L'insu que c'est de l'une bévue*, Lacan articula o “bláblá” com os três registros do nó borromeano, em relação com um efeito de continuidade entre o Real e o Imaginário.

3 Pois em última instância, são os efeitos do não-todo, isto é, da incompletude do simbólico, que implicam na necessidade de submeter-se à regra do (jogo do) significante. A esse respeito, ler o livro luminoso de Guy le Gaufey, *A Incompletude do simbólico*, publicado em 2001.

entendida como ‘matriz de sentidos novos’, promete aí uma subjetivação pela ressignificação criativa. Sem entrar nos pormenores destes trabalhos que fornecem um suporte teórico a diversas práticas clínicas e terapêuticas que proponho subsumir provisoriamente – e ciente das aproximações que tal operação gera – sob a categoria de corrente “narrativista”⁴, interesse-me aqui pelos pressupostos epistemológicos que os alicerçam.

Não é difícil vislumbrar que a ideia de “co-narração transformante” desenvolvida pelo primeiro e que tem como sustentáculo reivindicado a crença numa coparticipação, ou ainda numa “interação” contínua e nascida do “encontro emocional” (Ferro, 2001) entre o paciente e o terapeuta é em todo oposta à efetividade da transferência em psicanálise. Se esta convoca, pois, essa outra cena que é o inconsciente concebido como ‘discurso do Outro’, então o sujeito da psicanálise não aparece de forma quase epifânica como novo sentido para uma existência, mas ele surge concretamente, nas palavras articuladas pelo sujeito que fala, como efeito de significante: sujeito neste sentido precisamente; assujeitado ao discurso do Outro. Assim, entendemos que a interpretação do analista não funciona na lógica da restituição de um sentido originário perdido nem como proposta (fosse ela escrita em coautoria com o paciente) de um sentido original encontrado no seio de um cenário analítico. Ela instaura, em vez disso, o que Michèle Bertrand descreve como “um *desfasamento* [*décalage*] que permite que [o analisante] não somente ouça o que diz, mas que se inaugure um processo de desvinculação com aquilo que é, primeiramente, apenas revivescência ou repetição”, operação que restitui a narrativa, segundo a afirmação da autora que retomarei mais adiante para precisá-la, “ao estatuto de um dizer e não de um fazer” (Bertrand, 1998, p. 15). Acrescentaria, ampliando um pouco esse apontamento importante, que a interpretação em psicanálise é precisamente aquilo que faz corte à suposta “relação analítica” – não há – e, ao proibi-la em ato, pode abolir a fantasia da interação analítica geradora de narrativa com(o)um. Jamais haverá.

Uma compreensão tal como a de Viderman, que argui que a experiência analítica é da ordem da construção do passado e não da reconstrução parece-me, já, mais difícil de rejeitar de antemão como não sendo psicanalítica. É importante, antes, rearticulá-la ao arcabouço filosófico que lhe dá sua força e envergadura, assim como o sugere Bertrand, quando lembra que Viderman “postula [...] que as virtualidades fantasmáticas das quais a narrativa procede não poderiam nunca ser atualizadas se não encontrassem uma ‘*experiência organizadora de sentido*’” (id, p. 15). Com efeito, esta última expressão remete claramente, literalmente, a um dos fios condutores

4 Para maior conhecimento do alcance dos estudos em “clínica narrativa”, remeto a dois livros escritos por Christophe Niewiadomski, um dos representantes contemporâneos desta corrente: *Souci de soi. Liens et frontières entre histoire de vie, psychothérapie et psychanalyse*, Paris, l’Harmattan, 2003, e, mais recentemente, *Recherche biographique et clinique narrative – Entendre et écouter le Sujet contemporain*, Paris, Erés, 2012.

da obra do filósofo Paul Ricœur e, mais especificamente, a um ponto chave que determina sua redefinição da hermenêutica perante e mediante o inconsciente.

Gostaria de mostrar agora em que contexto ele surge, para examinar, a partir daí, a articulação de três postulados consubstancialmente ligados à referência à narrativa na clínica.

2. Do dizer-se ao historizar-se: a narrativa ricœuriana como operador de sentido ou via régia para uma “fantástica geral”.

Em outubro de 1960, no Congresso de Bonneval sobre o Inconsciente, Paul Ricœur propunha o resultado de uma primeira reinterpretação bastante pessoal e prototípica do *corpus* freudiano com o qual se deparara violentamente ao abordar, desde os anos 1940, temas como a vontade, a história ou, ainda, a verdade. Na sua palestra intitulada *O Consciente e o inconsciente*, encontrável hoje em dia na coletânea de *Ensaaios de Hermenêutica. O Conflito das interpretações* (1969/1988), Ricœur emparelhava, através da consagração da tarefa da hermenêutica, os destinos da psicanálise e da filosofia. Para o efeito, o filósofo formado na escola da fenomenologia estabelecia de forma surpreendente uma analogia entre o processo psicanalítico e a dialética hegeliana, além de destacar como novo objeto urgente a ser apropriado pela filosofia a “região psíquica que se chama de inconsciente” (Ricœur, 1960/1988). Potencialmente reduzível a “símbolos fundamentais”, o inconsciente devia, segundo a primeira proposta de Ricœur, funcionar dialeticamente com a consciência, a qual se tornaria capaz, assim sendo, do seu ‘outro’. Ou seja: não apenas coagir ao nível do inconsciente, mas operar como *constituente* do inconsciente. Como? Cito, *in extenso*, as palavras de Ricœur, pois tomada ao pé da letra, a referência tem a virtude de interpelar quanto à relação entre o “analisado” (sic) e o analista:

Para um hegeliano, existe tudo no *percurso das figuras*, incluindo aquilo a que Hegel chama o discurso do espírito e que cada um de nós interioriza como consciência. E admito também que, para um freudiano, existe tudo na *sobredeterminação dos símbolos fundamentais*, incluindo a dialética do Senhor e do Escravo. A relação do analisado com o analista realiza-a perfeitamente e a cura pode ser interpretada como luta pelo reconhecimento a partir de uma situação não recíproca e desigualitária. (Ricœur, 1960/1988, p. 119, grifos meus, modificação de tradução minha).

Já não mais compreendida como parceria pacífica afim de simbolização – “em unísono” (Ferro, 2001) –, a transferência é entendida, aqui, de modo desarmônico ou, mais precisamente, de modo dialético. A narrativização da experiência, portanto, passaria por um tipo de embate transformador e emancipador; lógica da contradição e de sua própria superação que, se pensarmos na etimologia da palavra (*dialegein*), sugere um tipo de triagem, de seleção dos significantes através dos quais uma fala se articula. A noção de narrativa, nessa perspectiva, não é o que está sendo contado pelo analisante, mas outro nome para dizer o próprio processo de cura pensado como ‘luta pelo reconhecimento’ (restaria saber reconhecimento de quê...).

Ora, se em 1960, essa grelha de compreensão da psicanálise pelo filósofo hermenêuta visava justificar a necessidade da hermenêutica crítica como advindo no lugar de impasse da psicanálise (a qual, segundo a leitura que Ricœur fazia, acabava com a descoberta de um nódulo irreduzível e universal de “símbolos fundamentais”), a distinção entre o mundo singularizado dos símbolos por uma parte e a ordem rígida do Simbólico por outra parte se afina a partir dos anos 1970. Talvez sob a influência dos seminários de Lacan – aos quais sabemos que Ricœur tinha assistido⁵ – textos como o mais tardio *Imagem e linguagem em psicanálise* (1978) abrem mão da referência a Hegel para repensar, de modo mais detalhado, o “fazer propriamente psicanalítico” e ampliar o campo da sua intervenção para a linguagem redefinida como aquilo que abrange simultaneamente “a estrutura da língua, o dinamismo da fala e a herança do simbolismo” (Ricœur, 1978/2008, p. 129). Além do mais, esse período marca, assim como lembra Vinicio Busacchi, a passagem “da teoria psicanalítica à prática psicanalítica – mais amplamente à ‘experiência analítica’” (Busacchi *apud* Ricœur, 2008, p. 307). Passagem ainda teórica – sublinho eu – já que Paul Ricœur nunca passou intimamente pela “experiência” analítica que o estimulou tanto como tema de reflexão e fonte inesgotável de reforma (e fantasias?) da hermenêutica. Tal empolgação tem um efeito do ponto de vista da epistemologia dessa hermenêutica então renovada. Até certo ponto, uma saída se desenha. A espécie de todo-narrativo que se impusera com a reflexão inaugural sobre o consciente e o inconsciente se afrouxa, enquanto se destaca a reivindicação mais radical de exploração de uma “fantástica geral” ou “espaço único da fantasia” (Ricœur, *ibid.*), evolutivo e infinitamente rearticulável⁶. O simbólico, numa direção polemicamente anti-lacaniana⁷, é levado assim da

5 Por exemplo, encontramos em seus arquivos várias páginas de anotações das lições dadas por Lacan no decorrer do ano 1960, que correspondem ao que foi publicado posteriormente como livro 8 do Seminário, *A Transferência* (1960-1961) ou, ainda, à aula dada por Lacan na *Faculté Universitaire Saint-Louis*, Bruxelas, aos 9 e 10 de março de 1960.

6 Notamos, a esse respeito, o maior cuidado com o qual Ricœur, nos anos 1970, lida com a articulação Hermenêutica e Psicanálise. Se, em 1960, a primeira vinha complementar a segunda no lugar daquilo que Ricœur apontava como o limite da segunda, o propósito nos anos 1970 é formulado de modo bastante diferente. Assim, lemos em *Psychanalyse et Herméneutique*: “Me permettez-vous, pour conclure, *d’inverser les termes du problème initial?* Nous nous demandions au départ quel secours la théorie psychanalytique pouvait attendre de l’herméneutique, entendue comme science des règles d’interprétation appliquées à tout ce qui est texte ou quasitexte. *On pourrait demander ce que l’herméneutique peut en retour attendre de la psychanalyse.*” (Ricœur, *Ecrits et conférences autour de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 2008, p. 102, grifos meus).

7 Essa expressão, “fantástica geral”, aparece no texto de Ricœur num contexto em que ele critica a “reformulação linguística da psicanálise”, visando tacitamente o esforço de Lacan para retomar elementos da linguística estrutural e abordar o inconsciente enquanto estruturado como uma linguagem. A citação extensa é a seguinte: “Mon hypothèse de travail est que l’univers de discours approprié à la découverte psychanalytique est moins une linguistique qu’une *fantastique générale*. Reconnaître cette dimension fantastique, c’est à la fois requérir une théorie appropriée de l’image et contribuer à son établissement dans la pleine reconnaissance de sa dimension

‘linguagem’ para a ‘imagem’, esta última noção adquirindo o estatuto original de “esquema” (*schème*):

A imagem, na sua *função dinâmica*, tem um parentesco evidente com o esquema kantiano; aquele não é uma “imagem”, no sentido de uma presença mental morta, mas *um procedimento, um método* para fornecer imagens aos conceitos. Da mesma forma, o que chamamos do invariante estrutural não é nada mais do que a referência [*le renvoi*] de uma variante para outra: sonho, sintoma, mito, conto. É uma das funções do trabalho do sonho de fazer trabalhar essa invariante nas condições próprias ao estado de sono: ou seja, na ausência de inibição. E é a função do trabalho de interpretação de seguir o *trajeto* inverso daquele do trabalho do sonho. *Ambos são guiados pela dinâmica da imagem esquemática* (Ricoeur, 2008, pp. 135-136, tradução minha, grifos meus).

Mais do que uma representação, a imagem define o operador que garante, no espaço de jogo dinâmico da cura analítica, um trabalho de interpretação entendido como “método” imaginário ou, melhor, como “mediação” imagética. Conseqüentemente, entendemos que a experiência de fala em jogo na psicanálise é entendida, nesta ótica, como potência e dinâmica de figuração; imagina(riza)ção re-criativa. É, portanto, no âmbito dessa compreensão que a narrativa faz retorno, como passo a mais dado pelo sujeito em relação com suas fantasias, “inversão do trajeto”, reinterpretação de uma organização simbólica primária. Daí, seguindo o texto *Psychanalyse et Herméneutique*, o fato de que: “a situação analítica seleciona na experiência de um sujeito aquilo que é suscetível de *entrar numa história, no sentido de narrativa*” (Ricoeur, 1978/2008, p. 85, tradução minha, grifo meu). Referida não a um dizer (ou relato primeiro), mas antes a um figurar, um “imaginarizar” e até mesmo a um “historializar”, a narrativa remete doravante ao mesmo invariante simultaneamente estrutural e processual que configura a própria existência humana. Com isso, ela tange o trabalho de interpretação suscetível de movimentar, agilizar e agitar a estrutura/ processo, e engaja, portanto, a responsabilidade do analista.

Neste ponto ao qual chegamos, vale sublinhar a homologia entre “história de vida” e “história de caso”, em Ricoeur, ou seja, entre estrutura da existência e estrutura da cura, analogia que sustenta a releitura hermenêutica da psicanálise pressuposta na clínica narrativista. Ademais, para uma gênese ainda mais acurada da noção de narrativa na filosofia ricœuriana, teríamos que retomar a fundo o imprescindível *Tempo e narrativa* (1983). Nesta obra, o nexos entre narrativa e questão do sujeito sobressai como nunca; tenso, buliçoso, decisivo. Significativamente, é na conclusão da obra, que refletiu sobre as condições do advento demorado e desviado de um sujeito de narrativa, sempre também sujeito ‘da’ narrativa, que a famosa expressão “identidade narrativa” (Ricoeur, 1985) aparece pela primeira vez. Fruto da complementaridade alcançada, pela narração de si, entre ipseidade e mesmedade

sémantique.” (Ricoeur, 1978, grifos do autor).

– o “*ipse*” (o “si-mesmo”) unindo-se ao “*idem*” (um “mesmo” si) – uma identidade fluante se (re)configura ao longo da inacabável narração/ interpretação de si. Assim, além do postulado da experiência organizadora de sentido, caracterizável como postulado de teor fundamentalmente fenomenológico na medida em que pressupõe a primazia de um sentido originário sobre o significante, os partidários da ideia de “clínica narrativa”, saibam-no ou não, tomam de empréstimo um segundo elemento, pivô da hermenêutica ricœuriana. Nomeadamente: o sujeito cunhado em *Tempo e narrativa*, este ‘eu’ narrante-narrado que se encontra ao compreender-se e se compreende ao interpretar-se. Com um forçamento perigoso, que consiste em passar, sub-repticiamente, do sujeito como desfecho provisório e precário de um percurso singular à pressuposição implícita de uma ‘teoria do sujeito’ (que o próprio Ricœur, creio eu, recusaria como tal).

Em síntese, discirnamos por um lado que a referência à narrativa na clínica fundamenta-se em três grandes postulados, respectivamente o postulado fenomenológico da originariedade do sentido na experiência humana, o postulado hermenêutico da primazia do sentido na constituição de uma identidade narrável e, por fim, o postulado prático-existencial, para não dizer ontológico, da homologia de estrutura entre trajetória de vida e situação analítica. Vislumbramos, por outro lado, que a noção de narrativa decorrente do deslocamento do dizer para o ‘historializar’ tem um alcance bastante amplo. Ela ultrapassa os limites de um conceito, e alça-se ao nível experiencial de ‘operador de sentido’, isto é, de ‘ferramenta do tratamento’ para as práticas clínicas que se desenvolvem, efetivamente, nesta base que corresponde à via aberta por Ricœur depois de Freud.

Posto isso, proponho reformular o nosso problema inicial. Com efeito, após a pequena genealogia da noção de narrativa que conduzimos, ainda que parcial e não exaustiva, a necessidade de uma crítica – no sentido de uma reflexão sobre critérios – se impõe para nós. De fato, com o horizonte clínico duplo de uma exploração/ singularização fantasmática e, ultimamente, da constituição de uma identidade narrativa, uma pergunta se apresenta para a psicanálise: podemos simplesmente dizer que a clínica narrativista é uma tendência (ou, ainda, uma corrente, como o formulamos anteriormente) da prática psicanalítica? Ou este tipo de ‘fazer’ deve ser, em contraste, distinguido com maior firmeza da prática analítica? Com outras palavras, a narrativa como operador primordial do tratamento aponta para um caminho analítico possível entre outros, ou constitui, ao invés, uma resistência a uma prática mais radicalmente analítica?

3. Narrativa e prática psicanalítica: o ato em causa

Em trabalho anterior (Lery-Lachaume, 2016, pp. 72-86), no qual mostrei a diferença constitutiva entre a prática da interpretação na psicanálise de orientação lacaniana como atualização do inconsciente por um lado, e o esforço hermenêutico como processo de figuração do inconsciente por outro lado, abordei essa questão

do chamado “fazer analítico”. Mais exatamente, a respeito do estatuto controverso do inconsciente em Ricœur, por uma parte, e Lacan, por outra parte, perguntava: “como fazer (com) o inconsciente?”. Cheguei à conclusão que havia aí não uma só indagação, mas sim duas vias antagônicas para uma práxis do inconsciente, as quais não remetem, em rigor, à mesma caracterização do inconsciente. Associei a via do “fazer-o-inconsciente”, filosoficamente fundamentada numa base epistemológica ligada à hermenêutica ricoeuriana, a um movimento bastante rebuscado de “orientação para o imaginário”. A via do “lidar com o inconsciente”, por sua parte, foi remetida à ética da psicanálise, tal como indicada por Lacan a partir dos anos 1960. Relacionei-a à singularidade de uma prática da interpretação que tem de se haver com o real do inconsciente e, mais precisamente, a uma intervenção na fala que atualiza o que chamei na época de “falta-a-dizer”, e que poderia rebatizar agora como ‘dizer-aquém-da-narrativa’. Essa querela do inconsciente oficializou-se a partir da publicação, em 1965, do polêmico *Ensaio sobre Freud*, de Ricœur. Ao articulá-la a partir do problema particular “da Interpretação” (primeiro título do ensaio), mostrei que a clivagem Lacan/ Ricœur trazia à baila, em última instância, uma questão de ética. Mais estreitamente, com os problemas levantados através desta dissensão, cabe afirmar que se tratava para mim, naquele artigo, de destacar as condições de uma ética da psicanálise desvinculada da aposta hermenêutica e de suas aporias.

Sem repudiar hoje nenhuma conclusão deste texto anterior, gostaria de seguir a partir da dicotomia evidenciada para ajustá-la na sua formulação. Com os esclarecimentos feitos até aqui, pareceria possível opor quase simetricamente duas práticas do inconsciente referidas a duas variações de “*talking cure*”, uma regida pela dinâmica da narrativa, outra movida pela eficácia do significante. No entanto, tendo em consideração o seminário de Lacan sobre o ato analítico⁸ tão-somente evocado nos prolegômenos desta reflexão, parece-me crucial interrogar a própria noção de “*prática psicanalítica*”, usada notadamente por Ricœur no texto de 1978 como metáfrase mais ou menos exata de “situação analítica”, “experiência analítica” e/ ou de atividade clínica. Quando amparada na noção de narrativização de si fundamentando uma abordagem do inconsciente fantasmático, imagético e processual, será que esta prática tem a legitimidade de um “ato”, tal como Lacan a estabelece no decorrer do seminário de 1967-1968? A pergunta torna-se mais instigadora ainda, se lembrarmos de que, nesse mesmo seminário, Lacan nos propõe uma distinção preciosa, entre o registro do ato psicanalítico por um lado e o fazer, “um fazer” por outro lado:

8 Cf. Lacan, J. *Seminário, Livro 15, O ato analítico* (1967-1968). Inédito. Disponível em francês em: <http://staferla.free.fr/S15/S15.htm>. Acesso em: 10/05/2019.

Não é inconcebível que lá onde o ato psicanalítico toma seu peso, isto é, lá onde, pela primeira vez no mundo, existem sujeitos cujo ato é ser psicanalista, isto é, que acima disso organizam, grupam, perseguem uma experiência, tomam suas responsabilidades em alguma coisa que é de outro registro que o do ato, a saber, um fazer, mas, tenham cuidado: este fazer não deles. (Lacan, 1967, texto disponível em francês em: <<http://staferla.free.fr/S15/S15.htm>>, tradução minha⁹)

Essa distinção, que interpretamos como ruptura fundamental com a noção unitária (e, frequentemente, muito vaga) de “experiência psicanalítica”, aponta conceitualmente para uma divisão da noção de *prática*. Uma clivagem, poderíamos dizer, entre aquilo que caracteriza fenomenologicamente, para não dizer concretamente, tal prática, e aquilo que a inaugura, a impõe e a fundamenta logicamente a cada instante, escapando a qualquer tipo de recuperação por inserção no registro da “experiência” comumente entendida. Assim, nessa altura do seminário, e uma vez que o ato já foi designado como “uma forma, uma envelope, uma estrutura tal que, de certo modo, ele suspende todo o que se instituiu antes, se formulou, se produziu, como estatuto do ato, à sua própria lei” (Lacan, 1967), essa aclaração lacaniana deve ser ouvida como uma advertência. Se entendermos, assim, que o registro do fazer analítico, referido por Lacan a uma experiência do coletivo (organização ou grupo), não basta para dar conta do *ato psicanalítico*, podemos reformular nossa pergunta da seguinte maneira: com o foco na dinâmica da narrativa, não seria justamente a dimensão do ato enquanto acontecimento inaugural e íntimo que acabaria sendo evitada, atravancando consequentemente um fazer-analítico verdadeiramente fundado? Pois como sugere Lacan, se a instituição de um fazer se reporta à atividade do analisante, não dos analistas, é necessariamente pelo ato que “o analista dá, a este fazer, suporte e autorização” (idem, 1967).

Aqui percebemos claramente o abismo que separa qualquer concepção da experiência psicanalítica como *historização trans-formadora* de uma identidade narrativa e a posição lacaniana. De fato, para a segunda, o ‘ato’, isto é, aquilo que suporta e autoriza, que estrutura e define o fazer psicanalítico não pode ser reintegrado na densidade semântico-fenomenológica de uma “situação analítica” (Ricoeur, 2008, p. 78) de produção de sentido. Ao contrário, o fundamento ou raiz prático-teórica do fazer analítico que está em jogo na clínica de orientação lacaniana escapa, estruturalmente, a este mesmo jogo. Ele é, a rigor,

9 Mais precisamente, tradução minha para: “Il n’est pas inconcevable que là où l’acte psychanalytique prend son poids, c’est-à-dire où, pour la première fois au monde, il y a des sujets dont c’est l’acte que d’être psychanalyste, c’est-à-dire qui là-dessus organisent, groupent, poursuivent une expérience, prennent leurs responsabilités en quelque chose qui est d’un autre registre que celui de l’acte, à savoir un faire, mais attention : ce faire n’est pas le leur.” Cf. lição do 6 de dezembro de 1967, in. Lacan, J. *Seminário, Livro 15, O ato analítico (1967-1968)*, *op. cit.*

‘insituável’, e é exatamente isso que institui o psicanalista no seu ser paradoxal e fenomenologicamente insuportável, todo captado, pego, levado que se encontra no movimento do ato. “*Je suis psychanalyste*”; (“Sou psicanalista” e, ao limite, “*estou psicanalista*”) nos diz Lacan, “e no ato psicanalítico estou tomado eu mesmo”. Isso significa que, ao contrário da representação da ação nas pragmáticas clássicas – equivalência do fazer e do agir, à qual não escapa a clínica narrativista – há uma anterioridade lógica do ato psicanalítico sobre o ser do psicanalista e uma antecedência ética deste mesmo ato sobre o fazer analítico. “*Je suis psychanalyste*” é, por assim dizer, uma sentença inarrável, uma vez que aquilo que pode sustentar, na transferência, um fazer (sempre fazer do analisante) depende intimamente da instituição topológica sempre potencialmente reatualizada de um tipo de causalidade inédita: “a melhor forma de entrar aí de maneira certa, é sair daí”, segundo a enunciação de Lacan, que interpreto como formulação do modelo de uma ‘saída’ subjetiva que sustenta, na prática psicanalítica assim inaugurada, a própria imanência de sua ‘entrada em ato’.

Conclusão: o estatuto epistemológico dos conceitos da psicanálise: uma questão de ética!

Na ótica lacaniana, *in fine*, a incongruidade de se pensar um fazer psicanalítico desprovido da dimensão do ato aponta para a irresponsabilidade dos psicanalistas que reduzem a clínica a um trabalho contínuo, senão linear, com a significação, e sacrificam a causalidade propriamente inconsciente no altar de um imaginário (do) inconsciente que, num sentido ampliado (*Phantasieren*), abrangeria a totalidade integrada do campo da experiência psicanalítica. A narrativa, tanto pelo seu alcance conceitual na teoria como na sua dimensão funcional num dispositivo de tipo clínico, pode então ser lida como a marca na teoria de um fazer que, como vimos, mal merece o nome de psicanalítico. Uma prática que não somente ignora o inconsciente como causa, ou seja, o inconsciente real, colocado em ato. Mas também uma prática sem ato, se com ato entendemos, mais do que intervenção do analista, o risco louco e narrativamente inconcebível de tornar-se analista.

Proponho agora encerrar – para melhor abrir – essa reflexão com uma série de instigações que poderão ser retomadas e respondidas num próximo trabalho. Como compreender o uso recente da noção de narrativa no âmbito da teoria psicanalítica de orientação lacaniana¹⁰, quando se sabe o quanto Lacan se esforçou para des-imaginarizar não somente o manejo da transferência (e, portanto, a direção do tratamento psicanalítico), mas também o seu próprio movimento de

10 Em particular, teria que examinar a proposta atípica e arriscada de Dunker, Paulon e Milán-Ramos em *Análise Psicanalítica de Discursos: Perspectivas Lacanianas*. São Paulo: Estação das letras e cores, 2017, para entender em que medida a “narratividade” retomada numa “perspectiva lacaniana” pelos autores se distingue efetivamente da perspectiva dos trabalhos de Ricoeur no fim da década de 1970, e determinar se conseguem evitar os escolhos inerentes a tal abordagem.

elaboração conceitual, isto é, a construção teórica em psicanálise? Como interpretar esse retorno da narrativa nas elaborações de sujeitos supostamente cientes dos seus limites? Em última análise, não seria a narrativa o cavalo de Tróia de uma psicanálise leviana, inconsequentemente comprometida com as psicoterapias e outras variantes da injunção a “fazer-sentido”? Um semblante de conceito, ainda refém da fantasia da recuperação do real pelo discurso? Se pensarmos, enfim, nas condições em que a narrativa opera atualmente enquanto ferramenta teórico-metodológica, a reflexão crítica que nos ocupou até aqui se apresenta como estreitamente próxima, para não dizer tributária, de um questionamento sobre os paradoxos irreduzíveis da construção de caso clínico¹¹. Para avançar nessa discussão, será necessário, futuramente, rearticular a aposta da transmissão em psicanálise como aquilo que, no limite da experiência, registra e ratifica formalmente a dimensão de um impossível. Isso não significaria justamente, na perspectiva que acabamos de abrir, *fazer caso* dos impasses da narrativização?

Referências Bibliográficas

- BERTRAND, Michèle. 1998. *Psychanalyse et récit. Stratégies narratives et processus thérapeutiques*. Besançon: PUFC.
- DUNKER, C. I. L., Paulon, C. e Milan-Ramos. 2017. *Análise Psicanalítica de Discursos: Perspectivas Lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- LACAN, Jacques. 1967-1968. *Séminaire 15, L'acte*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S15/S15.htm>.
- _____. 1976-1977. *Séminaire 24, L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S24/S24.htm>. Acesso em: 26 de jul. 2019.
- LE GAUFEY, Guy. 2001. *A Incompletude do simbólico: De René Descartes a Jacques Lacan*. Trad. Paulo Sérgio de Souza Jr. São Paulo: Editora Unicamp.
- LERY-LACHAUME, Marie-Lou. 2016. *Ricœur, Lacan et le défi de l'inconscient: entre constitution herméneutique et responsabilité éthique*. Études Ricœuriennes / Ricœur Studies. Vol. 7, N° 1.
- MILLER, Jacques-Alain. 2012. *O monólogo da aparola*. Opção Lacaniana online nova série. Ano 3, N° 9.
- NIEWIADOMSKI, Christophe. 2003. *Souci de soi: liens et frontières entre histoire de vie, psychothérapie et psychanalyse*. Paris, l'Harmattan.
- _____. 2012. *Recherche biographique et clinique narrative – Entendre et écouter le Sujet contemporain*, Paris: Erés.

¹¹ Cf., a esse respeito, os resultados dos VII e VIII encontros do Grupo Outrarte (XV e XVI Jornadas Corpolingüagem, 2015 e 2016).

RICŒUR, Paul. 2010. *Tempo e narrativa*. Volumes 1, 2 e 3 (1983/1984). São Paulo: WMF Martins Fontes.

_____. 1988. “O consciente e o inconsciente” (1960/1969), in *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Porto: Rés.

_____. 2008. *Écrits et conférences I – Autour de la psychanalyse*. Paris: Seuil.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.